

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

GÊNEROS E SEXUALIDADES: DESAFIOS E POTENCIALIDADE PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CONSERVADORISMOS

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p1-5

Em 2015, fomos convidados por estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) para um “Café Pedagógico”, uma conversa sobre questões relativas à temática “Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação”. O evento, totalmente organizado e construído pelos/as próprias estudantes, tinha como objetivo discutir, entre outras coisas, a propagada *ideologia de gênero*; expressão que parecia ganhar força desde o ano anterior quando, em 2014, passou a circular nos debates que envolvia a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) em todo o Brasil. Já naquele momento, o contexto histórico era preocupante e revelava um aspecto das políticas de gênero e de sexualidade que vem se acirrando, ou seja, gênero e sexualidade são construções discursivas, o que significa dizer que são disputas que se efetivam em diferentes circunstâncias e em relações de força. Esse grupo de estudantes nos mostrava, por meio dos seus interesses, que a Educação tem sido um espaço de confronto, de negociação e de luta em que as discussões de gênero e de sexualidade dizem “Presente!”. Educação não se realiza sem política, ela será sempre ato político e, nesse sentido, esse convite para o debate no “Café Pedagógico” se estende agora para o/a leitor/a deste Dossiê, chamado/a a/à debater, a partir dos artigos, o contexto atual de produção e de disputa das relações de gênero e sexualidade, trazendo, para esta leitura, seus discursos, suas experiências, suas imagens, suas práticas, suas vivências, potencializando os textos.

Também em 2015, pouco antes do Café, diversas entidades, ligadas a diferentes campos de atuação, tais como: ensino, pesquisa e extensão, grupos de pesquisa e

instituições de promoção de direitos civis lançaram um manifesto intitulado “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras”. O documento destacava, entre outras coisas, o repúdio à forma deliberadamente distorcida com que o conceito de gênero estava sendo tratado nas discussões públicas daquele ano. A iniciativa denunciava a tentativa de grupos conservadores, notadamente religiosos cristãos, de instaurar um “pânico social”, de banir a noção de *igualdade de gênero* do debate educacional e de reificar as desigualdades e as violências, físicas e simbólicas, sofridas por homens e por mulheres nos estabelecimentos de ensino do País. Mesmo sendo o Brasil signatário de diversos acordos internacionais de promoção da igualdade sexual e de gênero como a Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW); o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Campanha pela Igualdade e Direitos de População LGBT da ONU.

A empreitada do conservadorismo no Brasil ameaçava – e continua ameaçando – uma área relativamente nova: a produção de conhecimento sobre as relações de gênero e sexualidades originária das ciências sociais e humanas. No entanto, mesmo recente, essa produção é impactante e, nesses poucos anos, vêm produzindo conhecimentos que desestabilizam nossas “verdades”. A nossa luta, portanto, é manter a força e a produção nesta área, garantindo à Universidade o lugar de produção do conhecimento e de combate ao senso comum. Surgida na segunda metade do século XX, a discussão sobre o corpo, o gênero e a sexualidade é contemporânea

Frederico Cardoso

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto na Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: fredasc@gmail.com

Anderson Ferrari

Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do GEISH/UNICAMP.

E-mail: aferrari13@globo.com

do feminismo e do movimento gay, que influenciaram o surgimento e o desenvolvimento dos estudos gays e lésbicos. Se dedicarmos um olhar mais atento para a programação dos trabalhos apresentados nos maiores e mais importantes eventos internacionais que temos no Brasil podemos sugerir que as discussões e os trabalhos giram em torno desses encontros entre as relações de gênero e as diversidades/dissidências sexuais. Poucos são os trabalhos que colocam sob suspeita as masculinidades e as heterossexualidades. Queremos contribuir para manter vivo esse debate e fomentar novas investigações.

Muitos outros documentos foram produzidos entre os anos de 2014 e de 2015, bem como diversas audiências públicas nas casas legislativas de todo o País, encontros e eventos científicos e reuniões de associações classistas, de organizações não governamentais e de instituições públicas ligadas aos direitos de mulheres e de homossexuais. E as questões relativas à temática corpo, gênero e sexualidade ganharam espaço ainda entre os partidos políticos, as congregações religiosas, as escolas da educação básica e entre setores da mídia que passaram a produzir edições específicas sobre o tema. A Educação, portanto, não ficou longe desse movimento. Nos últimos 16 anos vivemos um crescimento de estudos sobre corpo, gênero e sexualidade nas áreas de conhecimento e nas universidades. Hoje temos linhas de pesquisas consolidadas em diversos programas de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento, assim como pesquisadores/as brasileiros/as importantes para a construção do Campo. As revistas especializadas como “Bagoas”, “Cadernos Pagu”, “Estudos Feministas”, “Gênero”, “Gênero & Direito”, “Periódicus” e a própria “Artemis” recebem cada vez mais artigos que demonstram a pluralidade de temáticas e a efervescência de trabalhos da pós-graduação, acolhendo com grande empenho, as produções com foco na Educação. Mas esse movimento também ocorre em revistas específicas das Áreas (e com as revistas da área de Educação ocorre o mesmo) que vêm organizando dossiês em torno das discussões de gênero e sexualidades. Os eventos internacionais vêm se fortalecendo como espaços de difusão e debate das Áreas como é o caso do “Fazendo Gênero”; do “Desfazendo Gênero”; do “Corpo, Gênero e Sexualidade”; do “Enlaçando Sexualidades” e do “Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH)”, enfim, eventos que não

se enquadram em uma única área do conhecimento, mas que investem exatamente na possibilidade de intercâmbio entre elas. A Revista Artemis, com este Dossiê, vem se somar a esse movimento atual de problematização das relações de gênero e sexualidade.

Engana-se, entretanto, quem acredita que todo o movimento provocado pelos debates tivesse como único interesse de todos os setores envolvidos apenas a construção de um sistema escolar inclusivo, de combate às discriminações e de superação da reprodução das desigualdades históricas que, como malhas sepulcrais, atravessam a nossa sociedade. Infelizmente, grande parte dos discursos produzidos por aqueles/as que acreditavam em uma *ideologia de gênero* sustentava-se em fundamentações conservadoras de crenças religiosas. Crenças tais que negligenciaram o fato de que o gênero, como *categoria útil de análise histórica*¹, é um conceito científico baseado na produção de saberes sobre o mundo.

O ano de 2014 também foi marcado ainda por outras tantas disputas por hegemonias. No campo macropolítico, dois projetos distintos de Estado se opuseram, nas ruas e nas urnas. Por um lado, pessoas que lutavam pela manutenção de conquistas crescentes da classe trabalhadora e também das mulheres, dos/as negros/as, indígenas, quilombolas e homossexuais. Por outro lado, segmentos religiosos conservadores que, no ano seguinte, impuseram, por meio de um golpe empresarial, jurídico-parlamentar e midiático, um programa de governo derrotado na eleição presidencial. Desde a tomada de poder por esse grupo, busca-se desprezar e apagar os esforços de gerações de ativistas, de professores/as, de intelectuais e de militantes dos movimentos feminista, negro e LGBT, que tanto se engajaram nas lutas por igualdade de condições e por reconhecimento de direito das/nas diversidades.

Ainda que o Brasil tenha acompanhado, desde os anos 1970, a institucionalização dos estudos de gênero enquanto um profícuo campo científico, inaugurando centros de pesquisas interdisciplinares reconhecidos internacionalmente, ou produzindo relevantes estudos e atividades extensionistas nas universidades, nos parece oportuno ressaltar que o crescimento de discursos conversadores ameaçam as conquistas culturais,

1 Fazemos referência ao artigo homônimo de Joan Scott (1995), um dos importantes marcos para os Estudos de Gênero no Brasil. Cf. Referências.

econômicas, políticas, sociais e de projetos educacionais iniciados, sobretudo, nos últimos 16 anos. Isso significa que vivemos tempos conservadores, persecutórios, fascistas... E toda uma geração pode estar em risco. Não apenas pelas ações políticas adotadas pós-impeachment da primeira mulher eleita Presidenta da República, ou por ações como a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241², ou a reforma do ensino médio por meio da Medida Provisória n. 746; mas também e, sobretudo, em função da possibilidade de que alunos/as, estudantes, pesquisadores/as, professores/as, trabalhadores/as e ativistas e militantes dos direitos sociais estejam sendo cotidianamente “monitorados/as”, como propõe, por exemplo, aqueles/as que defendem um projeto de *escola sem partido*. Foucault ficaria surpreso como a conjuntura atual atingiu graus de panoptismo. Para além do controle das finanças e do trabalho, o Golpe também deseja controlar os corpos, os desejos, os sonhos e as esperanças, reforçando estereótipos, preconceitos e estigmas contra grupos historicamente e socialmente suprimidos das decisões político-institucionais.

Embora estejamos apenas encerrando o ano de 2016, talvez seja oportuno ressaltar que, mesmo que para qualquer historiador/a seja sempre problemático analisar a história do seu tempo, a história do tempo presente, foi desse contexto mais geral, o de 2014, um ano que ainda não terminou, e do “Café Pedagógico” de 2015, que nasceu este Dossiê: “*Gêneros e Sexualidades: desafios e potencialidade para a Educação em tempos de conservadorismos*”. Isso coloca em questão o debate em torno de “o lugar de quem fala”, noção importante para permitir circular a produção de pessoas intelectualmente comprometidas com a análise de seu tempo fazendo circular o conhecimento cientificamente produzido sobre corpo, gênero e sexualidade em tempos tão difíceis, tão duros e opressores...

O Dossiê “*Gêneros e Sexualidades: desafios e potencialidade para a Educação em tempos de*

conservadorismos” foi pensado e proposto no contexto desses debates atuais das relações de gênero e sexualidades, que estão cada vez mais tensos e, em grande parte, organizados em torno dos significados dos conceitos de gênero e de sexualidades como “problema”. Neste Dossiê não queremos nos distanciar dessa noção de “problema”, mas queremos tomá-la a partir de outro viés. Nossa proposta, portanto, é reafirmar os gêneros e as sexualidades como construções e, também, como “problema” de investigação. Mais do que isso, assumir a problematização como possibilidade de fazer pesquisa em Educação, de maneira que “problema” seja entendido em uma perspectiva que não precise ter uma validade negativa.

Estes tempos sombrios que estamos atravessando nos convidam a acolher com mais determinação as diretrizes nas investigações que busquem diálogo entre corpo, gênero, sexualidade e educação a partir da problematização. O conservadorismo que tem nos assolado nos obriga a manter a investigação atualizada, revigorada e, principalmente, repensada. Seguindo a perspectiva foucaultiana, queremos delinear campos de problematização nos convites e nas provocações que fizemos aos autores e às autoras que estão presentes neste Dossiê. Problematização, para Foucault (1984), é um caminho para frente, que evidencia as disputas ideológicas e polêmicas e que não oferece soluções. Este é o fio condutor dos artigos, que vinculam seus problemas de investigação a história do pensamento.

Por muito tempo procurei saber se seria possível caracterizar a história do pensamento, distinguindo-a da história das ideias – ou seja, da análise dos sistemas de representações – e da história das mentalidades – isto é, da análise das atitudes e dos esquemas de comportamento. Pensei que havia aí um elemento que poderia caracterizar a história do pensamento: era o que se poderia chamar de problemas ou, mais exatamente, de problematizações. O que distingue o pensamento é que ele é totalmente diferente do conjunto das representações implicadas em um comportamento; ele também é completamente diferente do campo das atitudes que podem determiná-lo. O pensamento não é o que se presentifica em uma conduta e lhe dá um sentido; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma

² Nos dias em que terminávamos a revisão deste Dossiê, a PEC n. 241 era aprovada em segundo turno de votação na Câmara Federal, tendo sido posteriormente encaminhada como PEC n. 55 para tramitação no Senado. Enquanto isso, notícias de mobilização pelo País contabilizavam mais de 1.100 escolas ocupadas por alunos/as e professores/as da educação básica e mais de 50 Universidades e de 80 Institutos Federais ocupados por estudantes, docentes e/ou técnicos administrativos em todo o território brasileiro. Nenhuma cobertura relevante da grande imprensa nacional.

distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins. O pensamento é liberdade em relação àquilo que se faz, o movimento pelo qual dele nos separamos, constituímos-lo como objeto e pensamos-lo como problema. (FOUCAULT, 1984, p. 231-32).

Podemos dizer que “problemas” são inevitáveis e que eles organizam nossas intenções de pesquisa. São essas intenções e esses problemas de pesquisas que se encontram neste Dossiê. Convidamos autores e autoras que vêm contribuindo para o crescimento e a constituição dessa área de conhecimento em torno das relações de gênero e sexualidade na Educação. Este número da Revista *Artemis* se traduz em um “convite” à problematização nos moldes foucaultianos, para autores, autoras, leitores e leitoras se sentirem estimulados e estimuladas a questionar as formas do pensamento.

Logo o artigo inicial nos ajuda a pensar a transexualidade e, mais do que isso, *com* a transexualidade. É assim, de maneira analítica, que Naomi N. Santana, Alexandre L. Polizel e Eliane R. Maio nos interrogam: “As/Os trans são vistas/os na escola?” E como os/as professores/as representam a transexualidade, fenômeno que no interstício das identidades entre o gênero e sexualidade “borra” os regimes de verdades e das significações de oposições binárias?

O artigo seguinte, “Educação e docência: um estudo sobre as relações de gênero e diversidade na escola”, de autoria de Fabiane M. Silva, analisou as práticas educativas na educação buscando responder de que forma docentes têm contribuído para a desmistificação de diferenças socialmente construídas no que tange às relações de gênero.

Na sequência, dois trabalhos investigam as condições formativas de estudantes de diferentes cursos de Pedagogia do País. Em “...Ele ficava apavorado e tampava os olhos: provocações de um filme atravessando formação docente, sexualidades e religiosidades”, Roney P. de Castro analisa as narrativas de estudantes produzidas a partir da exposição ao filme “*Milk*: a voz da igualdade”. O trabalho “Trajetória de vida acadêmica de mulheres maranhenses: um estudo do processo de acesso e permanência no Curso de Pedagogia”, de Maria

Aparecida C. Custódio e Deysi P. da Silva, analisa as representações de experiências acadêmicas de estudantes tendo como base três categorias: 1) acesso e permanência na universidade; 2) jornada de trabalho formal e; 3) tempo dedicado aos afazeres domésticos. Fundamentado na metodologia feminista, o estudo privilegiou “dar voz” às estudantes mulheres, ouvindo-as e valorizando as suas participações no processo de produção de dados, de tal forma que as estudantes pudessem rever suas histórias a partir de si mesmas.

O quinto e o sexto artigos investigaram, respectivamente, os discursos produzidos por diferentes documentos em temáticas específicas. De um lado, em “Educação e políticas de masculinidades: 15 anos das produções dos Estudos de Gênero (2000-2015)”, a proposta de uma leitura panorâmica dos estudos produzidos no nível da pós-graduação brasileira. Escrito a quatro mãos por Frederico A. Cardoso e Juliana A. Sulz, o texto é o resultado de uma pesquisa do tipo de “Estado da Arte”; um levantamento de trabalhos acadêmicos que abordaram, de alguma forma, a(s) masculinidade(s). De outro lado, o sétimo artigo deste Dossiê, “Um currículo degenerado: os Planos de Educação e a questão de gênero nos documentos educacionais”, também escrito a quatro mãos por Tamires T. Pereira e Fabiana A. de Carvalho, apresenta a análise sobre o apagamento das questões de gênero nos Planos de Educação, com destaque para o contexto municipal de Maringá/PR, compreendendo o currículo tanto como um discurso sobre a educação de nosso tempo como um dispositivo envolvido em intensas lutas por representação e poder.

Na mesma linha de condução do artigo anterior, Constantina Xavier Filha mantém a discussão a partir de um dispositivo atual e potente para a construção das relações de gênero e sexualidades: a internet. Motivada por uma série de perguntas a educação dos sujeitos, a autora problematiza as articulações entre este espaço educativo e midiático com os gêneros e sexualidades na infância. O argumento é a aposta na formação docente como um conjunto de ações que nos convida a persarmos coletivamente as teorias e estudos que há anos nos instigam a discutir sobre sexualidade, gênero, corpo e diversidades com crianças e adolescentes.

Por fim, dois artigos internacionais encerram este Dossiê. Da Espanha vem o nono artigo: “La Wiki como

recurso didático-tecnológico en la formación docente femenina. Un estudio de caso en la Facultad de Educación de Ciudad Real (UCLM)”, das pesquisadoras María Teresa B. Franco e Beatriz G. Fernández. O artigo apresenta o resultado de uma investigação situada na perspectiva dos Estudos de Gênero para divulgar entre os/as brasileiros/as, na forma de um estudo de caso, pesquisa sobre o acesso de estudantes mulheres ao recurso tecnológico “*AulaCiencia*”. Fecha o Dossiê o décimo e último artigo, que nos chega da França. O trabalho intitulado “Opinião pública e violência simbólica: o corpo feminino como enquete social”, de Jéssica V. B. de Miranda, discute a relação entre a influência da opinião pública e o controle social dos corpos femininos.

Neste Dossiê o leitor/a encontrará, como é possível perceber nos estudos sobre corpo, gênero, sexualidade e educação, uma pluralidade de interesses, diversos objetos de pesquisa e uma profusão de procedimentos metodológicos. Assim, este número da Revista Artemis acrescenta mais algumas importantes peças ao mosaico do conhecimento sobre a área, reunindo contribuições de pesquisadores e de pesquisadoras de lugares e de formações tão diferentes. Trata-se apenas de uma pequena, mas considerável, parte exemplar de trabalhos desenvolvidos em todos os cantos, por pessoas que ainda acreditam que é, não apenas necessário, como urgente!, problematizar o gênero. Tanto como forma de potencializar os estudos na área, tanto como uma forma de defender o direito do desafio da convivência com a (e na) diversidade.

Por fim, é preciso registrar a nossa alegria em organizar este Dossiê. Para nós, o fundamental não é apenas falar “do lugar de estudiosos” do gênero. A questão ultrapassa as pessoas. Para nós, a questão é o que fazemos com o fato de ocuparmos esse lugar e, sobretudo, o que escolhemos enunciar e elaborar na produção das reflexões aqui anunciadas. Temos, pois, em tempos das propagandas *escola de princesas*, *escola sem partido*, *ideologia de gênero*, “*Kit Gay*” e questionamentos muitos sobre o feminismo e os movimentos negro e homossexual, transexual, a alegria de dividir com os/as leitores/as da Revista Artemis o conjunto de textos que nos ajudam a não deixar esquecer de onde partimos e onde desejamos chegar, como País de todos/as e para todos/as. Sem nenhum direito a menos.

Referências

FOUCAULT, Michel. Política e Ética: uma entrevista. In: FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 218-224.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Frederico Cardoso e Anderson Ferrari.
Minas Gerais. Primavera de 2016.